STJ00073345

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO – ROBERTO SENISE LISBOA 9

ABREVIATURAS 19

INTRODUÇÃO 21

1. ESCORÇO HISTÓRICO 35

1.1 Os juros a partir da Idade Média e sua evolução ante o direito canônico 35

1.2 Os juros e o direito romano 41

1.3 A evolução da questão dos juros no direito brasileiro 44

2. LINEAMENTOS DOS JUROS 48

2.1 Conceito 48

2.2 Finalidades (remuneração do capital e neutralização do risco) 54

2.3 Natureza jurídica 58

2.4 Direito comparado 60

2.4.1 Estados Unidos 60

2.4.2 Inglaterra 64

2.4.3 Argentina 65

2.4.4 França 70

2.4.5 Espanha 74

2.4.6 Portugal 77

2.4.7 Itália 80

2.4.8 Suíça 81

2.4.9 Alemanha 82

2.4.10 Conclusões extraídas do direito estrangeiro 83

2.4.10.1 Limites das taxas de juros 83

2.4.10.2 Anatocismo 84

2.4.10.3 Juros compensatórios e necessidade de pacto expresso 85
2.4.10.4 Juros moratórios 85
3. CLASSIFICAÇÃO 87
3.1 A questão metodológica 87
3.2 Proposta de classificação dos juros 88
3.3 Juros quanto à origem 90
3.3.1 Juros legais 90
3.3.2 Juros convencionais 95
3.3.3 Distinção 96
3.4 Juros quanto ao fundamento 98
3.4.1 Juros compensatórios 98
3.4.1.1 Juros convencionais compensatórios 100
3.4.1.2 Juros legais compensatórios 101
3.4.1.3 Obrigação natural de juros compensatórios 112
3.4.2 Juros moratórios 113
3.4.2.1 Mora 115
3.4.2.2 Juros legais moratórios 124
3.4.2.3 Juros convencionais moratórios 126
3.4.2.4 Início da contagem dos juros moratórios . 128
3.4.2.5 Juros moratórios nas obrigações decorrentes de ato ilícito 141
3.4.2.6 Juros moratórios nas obrigações negativas .. 143
3.4.2.7 Juros moratórios nas dívidas de dinheiro .. 146
3.4.2.8 Juros moratórios nas obrigações convertidas em perdas e danos Inadimplemento absoluto 154
3.4.2.9 Juros moratórios na mora do credor 155
3.4.2.10 Juros moratórios e mora simultânea 158
3.4.2.11 Juros moratórios nas moras *ex persona* especiais 158
3.4.2.12 Juros moratórios nos títulos de crédito 160
3.4.2.13 Juros moratórios devidos pelo Estado 165

3.4.2.14 Outros casos – Falência, recuperação judicial e administração de portos 172
3.4.2.15 Desnecessidade de pedido expresso de juros moratórios 173
3.4.2.16 Cumulação de juros moratórios com juros compensatórios..... 175
3.5 Juros quanto à capitalização 178
3.5.1 Juros simples e compostos..... 178
3.5.1.1 A taxa de juros nominal e efetiva como indicativo de juros capitalizados de forma composta 181
3.5.2 A proibição legal dos juros capitalizados de forma composta inserta no Decreto 22.626/33 182
3.5.2.1 Anatocismo..... 182
3.5.2.2 O alcance do art. 4.º do Decreto 22.626/33. 186
3.5.3 Exceções que possibilitam a aplicação de juros compostos..... 187
3.5.3.1 Os juros capitalizados de forma composta e as obrigações decorrentes de atos ilícitos.. 189
3.5.3.2 Os juros capitalizados nos débitos trabalhistas..... 192
3.5.3.3 Os juros capitalizados de forma composta em normas especiais..... 192
4. SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO 194
4.1 *Tabela price*..... 195
4.1.1 Os fundamentos históricos e jurídicos da *tabela price* 197
4.1.2 A *tabela price* e o anatocismo frente à ciência matemática..... 207
4.1.3 A ilegalidade da *tabela price* tendo em vista o critério do art. 6.º do Decreto 22.626/33 215
4.1.4 Argumentos a favor da legalidade da *tabela price* 221
4.1.5 Exemplo prático de aplicação ilegal da *tabela price*. 226
4.1.6 A *tabela price* diante do Código de Defesa do Consumidor..... 229

4.2 Sistema de amortização constante (SAC) 237
4.2.1 Legalidade do sistema de amortização constante..... 238
5. A LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS 242
5.1 O limite dos juros no direito brasileiro 242
5.2 Os juros convencionais moratórios 245
5.3 Os juros convencionais compensatórios 246
5.4 Limites decorrentes de leis especiais e conclusões 252
6. OS JUROS E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 255
6.1 A liberação das taxas de juros para as instituições financeiras. 255
6.1.1 A Constituição Federal de 1988 e a limitação das taxas de juros 265
6.1.2 Tese da competência constitucional exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira 274
6.1.3 Tese da necessidade de demonstração da taxa liberada – Tendência jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à limitação das taxas de juros.. 280
6.2 Instituições financeiras e os juros capitalizados de forma composta 282
6.2.1 A Medida Provisória 2.170-36 e a questão da liberação do anatocismo para as instituições financeiras.. 285
6.3 Cédulas e notas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação 291
6.3.1 O limite da taxa de juros nas cédulas e notas de crédito 292
6.3.2 A capitalização de juros nas cédulas e notas de crédito 293
6.3.3 Juros moratórios nas cédulas de crédito 296
6.4 Cédula de Crédito Bancário 296
6.4.1 Características da Cédula de Crédito Bancário 302
6.4.1.1 Garantias 302
6.4.1.2 Penhor de direitos 303
6.4.1.3 Penhor e tradição do bem 303
6.4.1.4 Seguro 304

6.4.1.5 Registro 304
6.4.1.6 Deteriorações 305
6.4.1.7 Cessão 305
6.4.2 A capitalização dos juros na Cédula de Crédito Bancário 307

7. SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO EM RAZÃO DOS JUROS COMPOSTOS 310
7.1 Sistema Financeiro Imobiliário – Considerações gerais 310
7.1.1 Conceito e natureza jurídica 310
7.1.2 Objeto 313
7.2 Os juros no Sistema Financeiro Imobiliário 314

8. USURA 317
8.1 Usura pecuniária e usura real 317
8.1.1 A etimologia de "juros onzenários" 321
8.2 A usura e as taxas de juros 323
8.2.1 Usura real – lesão – em razão das instituições financeiras 323
8.2.2 Usura pecuniária 326
8.3 Medida Provisória 1.820 – Repressão à usura 329
8.3.1 Usura pecuniária 330
8.3.2 Usura real (lesão) 330
8.3.3 Garantia dissimulada nos negócios usurários 333
8.3.4 Inversão do ônus da prova 333
8.3.5 Exclusão de incidência da norma 334
8.4 A usura e o Código de Defesa do Consumidor 335
8.5 Títulos de crédito e usura 338
8.6 Vendas a prazo e usura disfarçada no preço 339

9. CORREÇÃO MONETÁRIA – DIFERENÇA ESPECÍFICA DE JURO 342
9.1 Conceito 342
9.2 Legislação vigente acerca de correção monetária 344
9.2.1 Periodicidade de correção monetária 344

9.2.2 Vedação da utilização de moeda estrangeira para correção monetária 350
9.3 Termo inicial da correção monetária 352
9.3.1 Ilícitos contratuais 352
9.3.2 Débitos decorrentes de decisão judicial 354
9.3.3 Títulos de crédito 357
9.3.4 Ato ilícito 358
9.4 Taxas de juros – Indevida utilização como mecanismo de correção monetária 359
9.4.1 Taxa Referencial de Juros – TR 359
9.4.1.1 Âmbito de abrangência da TR 368
9.4.1.2 Uso da TR nos contratos celebrados no âmbito do SFH após a Lei 8.177/91 371
9.4.2 Taxa Selic 383
9.4.2.1 Fixação da taxa Selic e os juros decorrentes de crédito tributário 384
9.4.2.2 Natureza jurídica da taxa Selic 393
9.4.3 Comissão de permanência 395
9.4.4 Outros mecanismos que não representam correção monetária 400
9.4.5 O uso indevido de taxa de juro como correção monetária cumulada com taxa de juro 401
CONCLUSÃO 403
BIBLIOGRAFIA 427
1. Livros 427
2. Artigos 435
3. Dissertações e teses 438
4. Internet 438
5. Periódicos, textos e compilações 439
APÊNDICE 441
1. Medida Provisória 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 441
2. Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001 443

3. Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001 445
4. Lei 10.931, de 2 de agosto de 2004 (Parcial) 447
5. Súmulas do STJ e do STF 457
6. Emenda Constitucional n. 40, de 29 de maio de 2003 459